



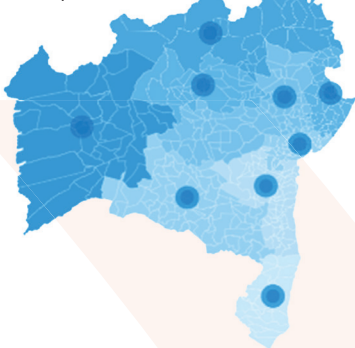
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

A Desenbahia

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi constituída a partir da transformação do Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. em Agência de Fomento, em 2001, conforme Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Criada como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central do Brasil e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamentos de capital fixo e de giro, assim como a prestação de garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Com sede no município de Salvador, a Desenbahia dispõe de oito gerências de desenvolvimento, sendo uma alocada em Salvador para atender a Região Metropolitana de Salvador (RMS), e sete alocadas fora da capital, de modo a atender a totalidade dos municípios baianos. Encontram-se distribuídas nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Teixeira de Freitas, Juazeiro e Vitória da Conquista.



Indicadores Relevantes

Em 31/12/2024:



Mensagem da Diretoria

No contexto macroeconômico, ao final de 2024, a taxa de desemprego declinou até 6,6%, menor patamar da série histórica iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,4% registrando a maior taxa desde 2021. Entretanto, a taxa básica de juros (Selic) ao final do período chegou a 12,25% a.a. E com isso, criando um cenário desafiador para os investimentos e para as instituições financeiras de desenvolvimento. Na esfera estadual, importantes setores de atividades da economia baiana demonstraram avanços. No segmento de comércio varejista, foi registrado crescimento anual de 7,4% em comparativo ao exercício passado, e acima do índice nacional, que registrou expansão de 4,7%. A produção industrial baiana cresceu 2,7% no ano, com 8 das 11 atividades que compõem o índice avançando em produção. Na área de serviços, houve aumento de 1,1% em comparação a 2023.

A Desenbahia manteve-se fiel à sua Missão de 'viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana', e, para tanto, concentrou-se nos seus principais objetivos: apoiar empreendimentos na Bahia por meio da concessão de crédito, administrar fundos e prestar serviços de agenciamento financeiro. Foram liberados R\$ 238,47 milhões na carteira Desenbahia, e adicionalmente, R\$ 131,17 milhões através da carteira Fundese gerida pela agência. Tais números excederam os valores previamente projetados, sendo a cifra vinculada à carteira da agência, recorde na série histórica da organização desde sua transformação em agência de fomento. A carteira de crédito cresceu de R\$ 682 milhões para R\$ 768 milhões, e foi auferido lucro líquido de R\$ 96,53 milhões. Na frente de serviço de atendimento ao cliente, investimentos e melhorias em sistemas foram realizados para simplificar o processo de concessão de crédito e melhorar a experiência do usuário com a agência. Nas próximas seções deste documento, serão detalhados os resultados obtidos, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o exercício. Agradecemos ao governador Jerônimo Rodrigues, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria pela confiança no nosso trabalho, assim como pelo apoio e contribuições. Aproveitamos o ensejo para encaminhar aos colaboradores nosso reconhecimento pela dedicação e eficiência.

I. Desempenho Operacional

I.1 Concessão de Crédito

No ano de 2024, houve liberações de crédito de R\$ 238,47 milhões referente à carteira Desenbahia sendo: R\$ 166,53 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 69,83% do total; R\$ 55,81 milhões provenientes do Sistema BNDES/Finame, ou 23,41%; R\$ 13,71 milhões do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, ou 5,75%; R\$ 1,80 milhão via Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, ou 0,76%; e R\$ 0,60 milhão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, ou 0,25%. Na razão comparativa com o mesmo período do ano passado, houve crescimento de 31,65% nas liberações em 2024.

Em termos quantitativos, foram 3,49 mil concessões de crédito no período, sendo o percentual mais significativo o relativo às operações de microcrédito do programa CrediBahia, utilizando recursos próprios, que alcançaram 2,79 mil liberações. Quanto aos números totais da carteira de crédito, houve acréscimo de 12,52% comparado ao período de 2023, encerrando o período com 6.115 clientes ativos na carteira Desenbahia.

Quanto a critérios de análise da carteira Desenbahia, relativos à distribuição setorial da economia, observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$180,05 milhões, absorveu 75,92% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 57,41 milhões, ou seja 24,08% do total, destinada ao segmento da administração pública – financiamento a municípios. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de vinte e sete municípios baianos. No segmento privado, o setor conjunto de Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, uma vez que recebeu R\$ 91,34 milhões, representando 38,31% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 69,12 milhões (28,99% do total) e a Indústria, R\$ 20,57 milhões (8,63%).

Mantendo a estratégia definida no planejamento vigente da agência, de interiorizar e democratizar a aplicação de recursos na economia, a Desenbahia priorizou suas ações para as operações de micro, pequenos e médios empreendedores. Para essa categoria, foram concedidos R\$ 111,67 milhões (equivalente a 46,83% das liberações totais do exercício). Apenas para o programa CrediBahia, foram R\$ 25,99 milhões, em 2,79 mil liberações. Para os empreendimentos classificados entre pequeno-médio porte rurais, foram direcionados R\$3,33 milhões, ou 1,40% das liberações, enquanto os empreendimentos de grande porte de natureza rural receberam R\$ 61,29 milhões, ou 25,70% do total liberado. Os empreendimentos de grande porte não rurais se beneficiaram com liberações de R\$ 4,75 milhões (1,99% do total). Os desembolsos para o setor público (municípios) de todos os portes (micro, pequeno e grande porte) totalizaram R\$ 57,41 milhões (24,08% do total).

Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 88,56% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a parcela de 11,44%. Esta estatística alinha-se com a orientação do Governo Estadual e seu respectivo plano de governo de interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico mais bem distribuído espacialmente.

Destaca-se ainda como ações que contribuíram para o desempenho operacional positivo no período, a iniciativa do Programa de Fidelização da Desenbahia, trabalhando de forma efetiva a carteira de clientes já existentes para que empresas com relacionamento prévio com a Desenbahia possam obter, de forma mais ágil, capital de giro e investimentos para potencialização de suas operações.

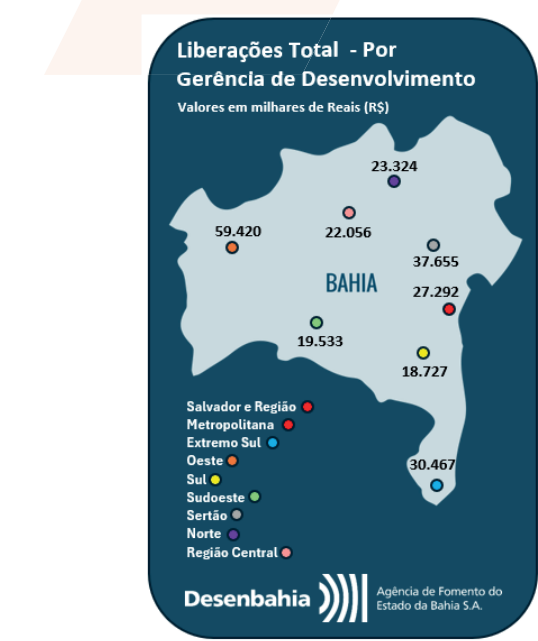
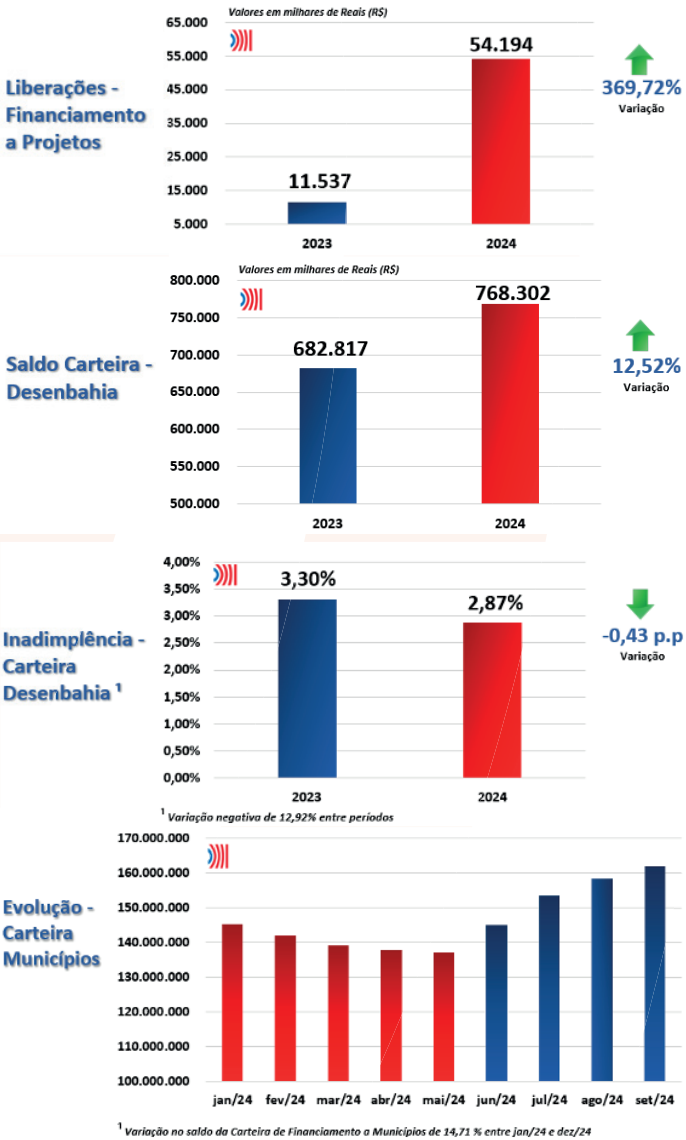
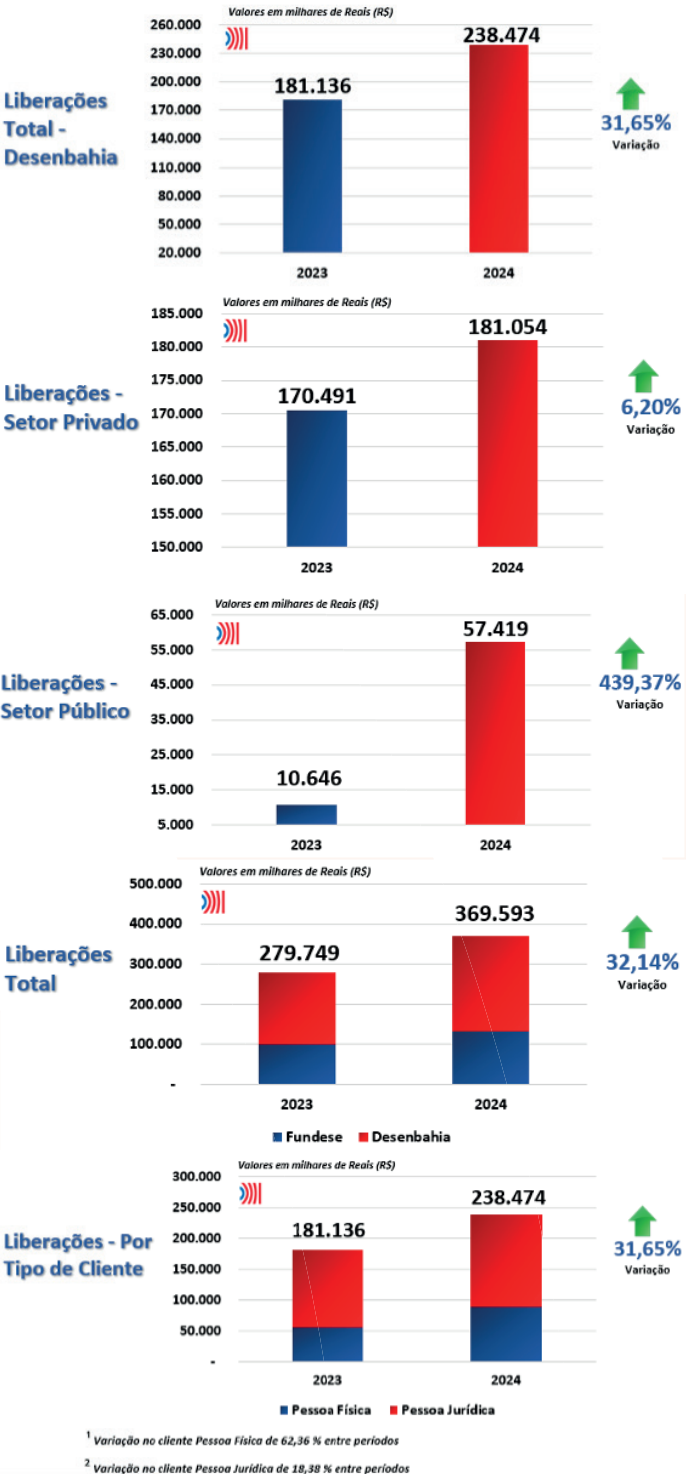
I.2 Recuperação de Crédito

Como resultado das renegociações realizadas em 2024, em termos de quantidade numérica, foram renegociados 514 contratos (exceto Microcrédito). Na Carteira Desenbahia: 180 contratos, sendo 88 liquidados por renegociação e 92 repactuados com novas condições de pagamento; na Carteira Fundese: 334 contratos, sendo 163 liquidados por renegociação e 171 repactuados com novas condições de pagamento.

Na análise comparativa do indicador de inadimplência, observa-se redução nos índices apresentados em 2024, quando comparados com os resultados de 2023. A carteira Desenbahia encerrou com índice de 2,87% e a carteira Fundese com 2,82%. Em 2023 as carteiras fecharam com índices de 3,30% e 3,19%, respectivamente.

Em 2024, na carteira Desenbahia, as receitas de recuperação totalizaram R\$ 65,88 milhões, enquanto a carteira Fundese apresentou resultado de R\$ 4,18 milhões. Em 2023 as receitas totalizaram R\$ 137,1 milhões, na carteira Desenbahia e R\$ 34,6 milhões, na carteira Fundese.

I.3 Infográficos



I.4 Gestão de Fundos

Para viabilizar as ações de fomento social e econômico, a Desenbahia também atua com a prestação de serviços de agenciamento financeiro e de administração de fundos de desenvolvimento e de garantia. Atualmente, quatro fundos são geridos pela agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano, este em processo de extinção.

Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenbahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo

do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenbahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado, que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que, mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenbahia submete todas as solicitações de financiamento com recursos do fundo aos mesmos processos de análise, risco de crédito e governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira.

Em função das atividades que realiza, a agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenbahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 131,17 milhões no exercício de 2024.

Dentre as linhas de crédito operadas, os destaques ficaram com as liberações efetuadas via Protáxi com 27,72%, Credirural Investimento Fixo com 19,63% e Capital de Giro com 19,06% do total liberado. Para o programa de microcrédito com recursos do Fundese, as liberações totalizaram R\$ 23,60 milhões, o que representa 17,99% dos desembolsos totais. O destaque no programa supramencionado concentra-se na linha de crédito voltada às mulheres empreendedoras, que somaram liberações de R\$ 17,27 milhões.

Indicadores Relevantes

Em 31/12/2024:		
Carteira de Operações de Crédito		R\$ 483,1 milhões
Liberações no período		R\$ 131,1 milhões
Número de liberações no período		5.010

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privadas (PPPs). Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Relatório da Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No exercício em análise, o FGBP manteve-se prestando garantias a quatro projetos de concessão patrocinada: (i) Implantação e Operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; (ii) Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios Baianos de Xique-Xique e Barra; (iii) Execução das Obras e dos Serviços necessários à Construção e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica; e (iv) Implantação e Operação do VLT do Subúrbio. No final de 2024, o valor do fundo comprometido com esses quatro projetos somava R\$ 268,9 milhões. Ao longo do período, não houve honra de garantias com os recursos do FGBP para nenhum dos quatro projetos.

O saldo disponível do fundo alcançou R\$ 356,7 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível/ garantias ficou em 1,326.

FGAP – Fundo Garantidor do Aporte da Ponte

A Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. O Relatório da Administração do FGAP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente. No exercício de 2024, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 709,9 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,420.

II. Desempenho Financeiro

Rubricas em Relevo:		
Receitas da Intermediação Financeira		R\$ 204,0 milhões
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		R\$ 164,7 milhões
Resultado Operacional		R\$ 105,0 milhões
Lucro Líquido		R\$ 96,5 milhões

A Desenbahia apurou lucro líquido de R\$ 96,53 milhões no exercício de 2024, 43,18% acima do resultado obtido no exercício anterior. A receita de intermediação financeira foi de R\$ 204,01 milhões, em 2024.

Houve redução de 13,02% nas receitas de títulos e valores mobiliários no comparativo com o mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 45,40 milhões no período atual. Tal queda é em decorrência das reduções da taxa básica de juros efetuadas pelo COPOM, que se mantinham em patamares mais elevados em 2023.

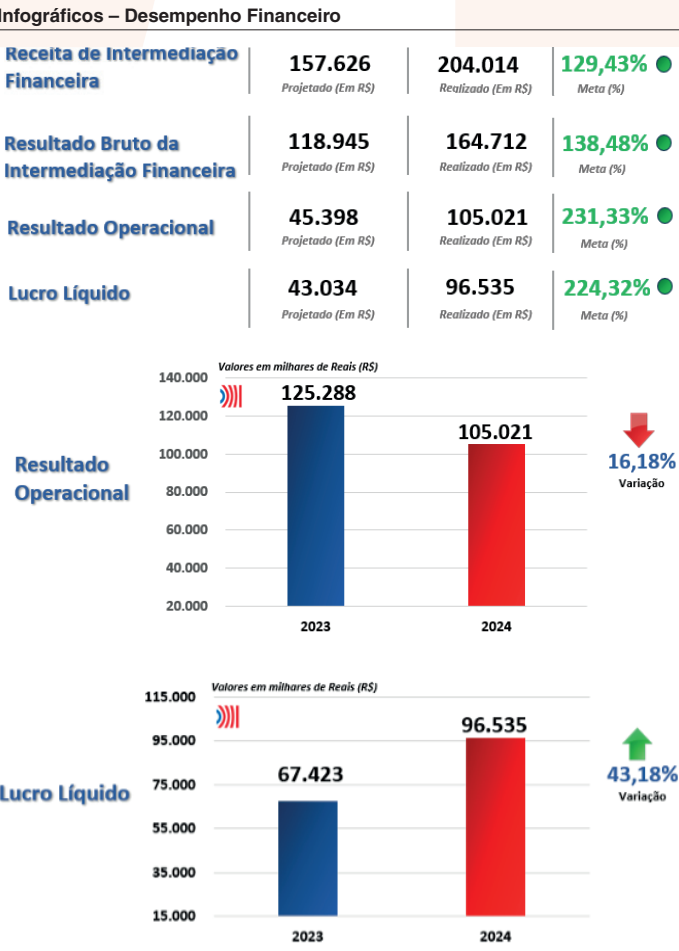
A rubrica de receita com recuperação de créditos, finalizou o período com R\$ 20,55 milhões mediante os esforços planejados e executados pela gerência responsável por tais ações no ano.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 39,30 milhões, com redução de 26,67% em comparação ao exercício anterior. As despesas de obrigações por repasse tiveram redução de 10,85% em análise comparativa com o mesmo período do ano passado, considerando que esta rubrica é influenciada pela taxa Selic, visto a utilização dela como índice para diversas linhas ofertadas. Em relação a rubrica de provisão, ao compararmos com o período de 2023, houve redução de R\$ 11,65 milhões, ou 39,86% a menos na razão comparativa dos exercícios.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 164,71 milhões. As despesas de pessoal e despesas administrativas permaneceram em níveis aceitáveis de oscilação, respeitando os valores projetados para 2024. Em relação as despesas administrativas, a rubrica teve resultado 0,74% a menor na análise comparativa com 2023. Em relação às despesas de pessoal, ultrapassaram em 9,14% o realizado no mesmo período do ano passado.

O resultado operacional atingiu um total de R\$ 105,00 milhões. O Lucro líquido, acompanhando o bom resultado operacional, findou em R\$ 96,53 milhões no ano conforme mencionado no início do tópico apresentado.

Infográficos – Desempenho Financeiro			
Receta de Intermediação Financeira	157.626 <i>Projetado (Em R\$)</i>	204.014 <i>Realizado (Em R\$)</i>	129,43% <i>Meta (%)</i>
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	118.945 <i>Projetado (Em R\$)</i>	164.712 <i>Realizado (Em R\$)</i>	138,48% <i>Meta (%)</i>
Resultado Operacional	45.398 <i>Projetado (Em R\$)</i>	105.021 <i>Realizado (Em R\$)</i>	231,33% <i>Meta (%)</i>
Lucro Líquido	43.034 <i>Projetado (Em R\$)</i>	96.535 <i>Realizado (Em R\$)</i>	224,32% <i>Meta (%)</i>





III. Destaques da Gestão

• Microcrédito

O CrediBahia é o programa de microcrédito operado pela Desenbahia, resultado de uma parceria constituída pela Desenbahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e os Municípios.

Ao término do exercício, o programa contava com mais de 200 postos ativos e aptos a conceder crédito no estado através do programa CrediBahia.

Em termos de desempenho operacional, em 2024, o valor total liberado para o CrediBahia 1º Piso (financiamento direto ao mutuário) foi de R\$ 49,60 milhões em 6.815 desembolsos realizados, levando-se em consideração os recursos das carteiras Desenbahia e Fundese.

Destaca-se ainda dentro do programa de microcrédito, a linha denominada ‘CrediBahia Mulher’ em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Política para Mulheres – SPM e Secretaria de Promoção de Igualdade Racial – SEPROMI. Esta linha de crédito que compõe o programa é exclusiva para mulheres empreendedoras do mercado formal e informal, e oferta juros especiais, com menor taxa, e ampliação do valor para a primeira operação em relação a linha convencional. Tal ação possui alinhamento com as propostas do Programa de Governo Participativo (PGP). No ano, foram liberados R\$ 35,75 milhões através de 4.825 contratos formalizados na linha ‘CrediBahia Mulher’, o que equivale a 72,08% do total liberado no programa do microcrédito no período em análise, demonstrando a forte e crescente participação do público feminino no CrediBahia, e a correlação do gênero com a carteira de bons clientes fidelizados e adimplentes da agência.

• Municípios

O atendimento às necessidades de melhoria de infraestrutura e aquisição de equipamentos pelos municípios baianos é um dos focos prioritários da Desenbahia. Com vistas a melhorar as condições de vida da população baiana, a Agência coloca à disposição das administrações públicas municipais três linhas de financiamento com características próprias: infraestrutura; máquinas e equipamentos; e projetos sustentáveis. Para esses financiamentos, a agência utiliza recursos próprios.

No ano de 2024, a Desenbahia desembolsou R\$ 57,41 milhões para atender contratos com vinte e sete municípios baianos, sendo tal valor em liberações o maior da série histórica desde 2016. No término do exercício ora apresentado, a carteira de operações de financiamento com municípios baianos somava R\$ 166,70 milhões, o que representa 21,70% da carteira ativa total da agência. Atualmente, 74 municípios do estado da Bahia possuem contrato de financiamento ativo com a Desenbahia.

• Agropecuária

Na carteira de operações da Desenbahia, o amplo conjunto da agropecuária responde por 23,61% do valor dos contratos de crédito ativos reunidos no final de 2024, com valor na carteira que totaliza R\$ 181,43 milhões. Especificamente o segmento de ‘Grãos e Algodão’ responde por 76,67% do total da carteira de agronegócios, ou R\$ 139,10 milhões.

Em termos de desembolsos em 2024, foram direcionados R\$ 69,12 milhões para o agronegócio, sendo tal valor, recorde em liberações na série histórica de financiamentos para o setor.

A atenção da Desenbahia à agropecuária, constatada nos números apresentados acima, também tem se distribuído com outras áreas importantes de cultivo do estado. A produção de café e cana-de-açúcar no extremo sul, assim como a produção de cítricos no nordeste da Bahia, e demais culturas estão no foco da agência.

• CrediAfro

No último trimestre de 2023, a agência desenvolveu e lançou uma linha de crédito exclusiva para negócios liderados por pessoas negras. A iniciativa é fruto da parceria entre a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a Desenbahia. O CrediAfro integra a ‘Agenda Bahia de Promoção da Igualdade Racial’, que constituiu um conjunto de projetos, programas e iniciativas do Governo do Estado, que tem como objetivo a geração de oportunidades, o combate à discriminação e a garantia de direitos de grupos étnico-raciais vulnerabilizados. As ações são transversais e abrangem áreas como educação, inclusão econômica, segurança pública, esporte, cultura e habitação. No 1º ano completo de difusão da linha de crédito vinculada a agenda de inclusão social, foi possível se atingir desembolsos de R\$ 3,38 milhões para 132 afro empreendedores.

• CrediMais

O programa do CrediMais possui como objeto primário atender empresas que necessitem de capital de giro, com liberação rápida e segura, até o limite de R\$ 50 mil em seu 1º crédito junto a agência. As linhas de créditos disponíveis via CrediMais, abrangem múltiplas fontes de recursos e vem ampliando as liberações a micro e pequenas empresas, através da utilização de um novo processo operacional ágil e de natureza digital, que proporciona escalabilidade e capilaridade de atendimento em todas as regiões do estado.

Destaca-se ainda como diligência que contribuiu para o desempenho operacional positivo do programa no período a ação intitulada “Conexão CrediMais”, que possuiu como objetivo o atendimento a clientes especiais egressos do programa CrediBahia, dando oportunidade de acesso a crédito a valores que excedem o teto estipulado do PNMPD – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Em termos de desembolsos, no ano de 2024 foram liberados no programa R\$ 15,86 milhões, valor este que excede a meta previamente estipulada de R\$ 10 milhões para o programa para o ano. O programa atingiu 81 municípios em 2024, viabilizando crédito por intermédio de 407 contratos liberados.

• Governança Corporativa

A Desenbahia mantém uma estrutura integrada de governança, gerenciamento de riscos e compliance, assegurando o cumprimento das normativas regulatórias, com especial atenção às diretrizes do Banco Central do Brasil (BACEN). Em 2024, o Programa de Compliance foi aprimorado com a implementação de diretrizes e atividades voltadas à orientação e conscientização sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, mitigação de fraudes e corrupção em operações de crédito, além de outras práticas que possam comprometer a integridade institucional.

Paralelamente, iniciou-se a implementação da Resolução CMN 4.966 e da Resolução BCB 352, que estabelecem critérios contábeis e metodologias para a mensuração de riscos financeiros e de crédito, promovendo maior transparência e alinhamento às normas internacionais. Essas normativas reforçam a necessidade de aprimoramento da gestão de riscos e da conformidade contábil nas operações da instituição.

No âmbito da Governança Corporativa, o ano de 2024 marcou o início da implementação do Programa ESG da Desenbahia. As ações desenvolvidas reforçaram o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a inclusão social, promovendo o alinhamento do propósito da agência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ampliando a divulgação de temas importantes como ética, gestão de risco social, ambiental e climático, empoderamento feminino e saúde mental.

Nos últimos anos, as instituições financeiras de desenvolvimento e de fomento têm aderido aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados à Agenda 2030 da ONU. Alinhada a essa tendência, a Desenbahia não apenas fomenta o crescimento econômico da Bahia, mas também prioriza a sustentabilidade socioambiental, a promoção da inclusão social e a valorização da diversidade. Atualmente, diversas ações internas e linhas de crédito do portfólio da Desenbahia possuem correlação direta com os ODS.

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO		Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			569.732	501.160	CIRCULANTE			
Disponibilidades		4	431	355	130.351			
Instrumentos financeiros			559.349	490.393	127.498			
- Aplicações interfinanceiras			173.473	252.997	Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	61.552	54.518
- Títulos e valores mobiliários		5	198.407	84.956	Outros instrumentos financeiros	12	-	5.055
- Operações de crédito		6	206.516	169.864	Obrigações fiscais correntes	13	8.523	35.580
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		6	(19.047)	(17.424)	Provisões	13	7.612	6.991
Outros ativos		7	9.952	10.412	Outros passivos	13	52.664	25.354
NÃO CIRCULANTE			657.650	690.396	NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			617.373	649.024	269.492			
Instrumentos financeiros			549.267	594.824	127.410			
- Títulos e valores mobiliários		5	45.084	137.377	Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	202.281	199.100
- Operações de crédito		6	561.786	512.953	Obrigações fiscais diferidas		2.454	2.222
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		6	(57.603)	(55.506)	Provisões	13	63.714	70.212
Ativo fiscal diferido		19	36.574	19.106	Outros passivos	13	1.043	2.606
Outros ativos		7	31.532	35.094	Patrimônio líquido	14	827.539	789.918
Investimentos		8	125	125	- Capital		623.897	623.897
Imobilizado		9	51.734	51.167	- Reservas de lucros		203.642	166.021
Intangível		10	13.348	13.126	Total do passivo e patrimônio líquido			
Depreciação e amortização acumuladas		9 e 10	(24.930)	(23.046)			1.227.382	1.191.556
Total do ativo			1.227.382	1.191.556				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Nota	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira	15	100.137	204.013	284.891
Operações de crédito		78.051	158.605	232.684
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		22.086	45.408	52.207
Despesas da intermediação financeira	15	(21.399)	(39.301)	(53.599)
Operações de empréstimos e repasses		(10.630)	(21.721)	(24.364)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(10.769)	(17.580)	(29.235)
Resultado bruto da intermediação financeira	15	78.738	164.712	231.292
Outras receitas/(despesas) operacionais		(25.771)	(59.691)	(106.004)
Receita de prestação de serviços	16	23.098	46.675	48.631
Despesa de pessoal	17	(34.856)	(67.101)	(61.481)
Outras despesas administrativas	17	(8.356)	(16.460)	(16.582)
Despesas tributárias	17	(6.728)	(13.490)	(16.816)
Outras receitas operacionais	16	23.567	33.967	12.082
Outras despesas operacionais	17	(22.496)	(43.282)	(71.838)
Resultado operacional		52.967	105.021	125.288
Resultado não operacional	18	893	1.130	(7.513)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		53.860	106.151	117.775
Imposto de renda e contribuição social	19	4.614	(470)	(43.502)
Participações estatutárias		(5.113)	(9.146)	(6.850)
Lucro líquido		53.361	96.535	67.423
Lucro por ação		0,00037498	0,00067838	0,00047380

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro líquido	53.361	96.535	67.423
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	53.361	96.535	67.423

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)							
	Nota	Capital social	Legal	Estatutária	Especial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de julho de 2024		623.897	37.554	105.406	19.994	0	786.851
Lucro líquido do exercício		0	0	0	0	53.361	53.361
Destinações:							
Reservas		0	2.668	13.306	14.327	(30.301)	0
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório		0	0	0	0	(12.673)	(12.673)
Incorporação de lucro não destinado		0	0	0	10.387	(10.387)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2024		623.897	40.222	118.712	44.708	0	827.539
Mutações no 2º semestre - 2024		0	2.668	13.306	24.714	0	40.688
Saldos em 1º de janeiro de 2024		623.897	35.395	94.639	35.987	0	789.918
Lucro líquido do exercício		0	0	0	0	96.535	96.535
Valores deliberados em assembleia		0	0	0	(35.987)	0	(35.987)
Destinações:							
Reservas	14b	0	4.827	24.073	28.073	(56.973)	0
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	0	0	0	0	(22.927)	(22.927)
Incorporação de lucro não destinado	14c	0	0	0	16.635	(16.635)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2024		623.897	40.222	118.712	44.708	0	827.539
Mutações no exercício - 2024		0	4.827	24.073	8.721	0	37.621
Saldos em 1º de janeiro de 2023		588.225	32.024	82.587	35.685	0	738.521
Aumento de capital		35.672	0	0	0	0	35.672
Lucro líquido do exercício		0	0	0	0	67.423	67.423
Valores deliberados em assembleia		0	0	0	(35.685)	0	(35.685)
Destinações:							
Reservas	14b	0	3.371	16.814	0	(20.185)	0
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	0	0	(16.013)	0	0	(16.013)
JCP excedente ao mínimo obrigatório	14c	0	0	(35.987)	35.987	0	0
Incorporação de lucro não destinado		0	0	47.238	0	(47.238)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2023		623.897	35.395	94.639	35.987	0	789.918
Mutações no exercício - 2023		35.672	3.371	12.052	302	0	51.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)	
1. Contexto operacional	Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.
A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada na Rua Ivonne Silveira, 213, bairro Narandiba, Salvador, Bahia, com controle acionário pertencente ao Governo do Estado da Bahia, tem como objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.	As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.
Também faz parte do objeto social, a operação e administração dos seguintes fundos estaduais:	A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
• Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE;	As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
• Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP;	As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo, conforme descrito nas principais
• Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP; e,	
• Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURBANO.	
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário	



práticas contábeis, a seguir.

a) Normas e Lei aplicáveis em Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e Lei nº 14.467/22, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 modificam a forma como os instrumentos financeiros devem ser classificados, mensurados e provisionados, a partir 1º de janeiro de 2025. O novo padrão será adotado de forma prospectiva, e implicará em aspectos como os modelos de negócios da Desenbahia, tratamento de apropriação de rendas de ativos problemáticos, baixa e transferência de instrumentos financeiros e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Elas substituem, principalmente, a Resolução CMN nº 2.682/1999. A Lei nº 14.467/22, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, modifica os critérios de reconhecimento das despesas dedutíveis de perdas em operações de crédito que, até 31 de dezembro de 2024, seguiam os artigos 9º ao 12º da Lei nº 9.430/96 e alterações posteriores.

Para se adequar ao padrão contábil, a Desenbahia procedeu a revisão de processos, políticas e práticas contábeis, gerando a necessidade de atualização, desenvolvimentos e aquisições de sistemas tecnológicos, além de aprimoramento de mecanismos de controle interno.

Conforme requerido pelo artigo 78 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão apresentados a seguir a estimativa dos principais impactos sobre o resultado e a posição financeira da Desenbahia, bem como outros temas de destaque na avaliação da regulação contábil estabelecida pelas novas Resoluções e Lei, para os quais não se estima efeitos quantitativos relevantes em sua implementação:

i) Classificação de Ativos Financeiros: os ativos financeiros devem ser classificados em três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo no resultado (VJR). A classificação é realizada com base no modelo de negócio – como a Agência irá fazer a gestão para gerar retorno pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e/ ou pela venda do ativo financeiro, e nas características contratuais dos fluxos de caixa (observando se considera somente pagamento de principal e juros).

Em decorrência deste fato, há alterações na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, onde:

- Operações de Crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito, serão classificados a custo amortizado;
- As cotas de fundo de investimentos serão classificadas como valor justo no resultado, se as características de seus fluxos indicarem que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros;
- As cotas de fundo de investimento em participações e instrumentos patrimoniais serão designadas inicialmente como valor justo em outros resultados abrangentes, deverão ser avaliados pelo valor justo, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Os passivos financeiros serão classificados ao custo amortizado.

Com base nos modelos adotados, não há impacto a ser registrado, sobre esse tema.

ii) Taxa efetiva de juros: a Desenbahia realizou estudo para verificar a necessidade de reconhecimento direto no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação dos instrumentos, considerando a imaterialidade desses valores, conforme previsto no artigo 13, § 2º da Resolução CMN nº 4.966/2021. A opção a ser praticada será a do diferimento linear para apenas um tipo de tarifa. Devido ao fato da aplicação da Taxa de Juros Efetiva Original (TJEO), ser prospectiva, ou seja, sobre os ativos e passivos constituídos após a data de vigência das Resoluções em 1º de janeiro de 2025. Dessa forma, não são esperados pela Agência, impactos relevantes à aplicação da TJEO na adoção inicial da norma.

iii) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual): segundo a Resolução CMN nº 4.966/2021, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos problemáticos. Atualmente a Resolução CMN nº 2.682/1999 estabelece a cessação do reconhecimento de juros a partir de 60 dias de atraso. A Agência irá reconhecer os juros das operações da faixa entre 60 à 90 dias de atraso, não caracterizadas como ativo problemático, levando em consideração a data base 31 de dezembro de 2024.

O impacto estimado do reconhecimento dos juros das operações da faixa entre 60 à 90 dias de atraso, será de aproximadamente R\$ 634 mil em seu patrimônio líquido.

(iv) Baixa de ativos financeiros

A Resolução CMN nº 2.682/1999 estabelecia a não manutenção no balanço da operação classificada como de risco nível H após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Segundo previsto no artigo 49 da Resolução CMN n.º 4.966/2021, os ativos financeiros serão baixados quando não houver expectativa de recuperação. A Desenbahia irá baixar esses ativos após 720 dias. Não foram identificados impactos sobre o resultado e a posição financeira da Desenbahia na adoção inicial desta nova prática.

(v) Impactos nos ativos fiscais diferidos

A dedutibilidade das perdas nas operações de crédito passa a acompanhar o provisionamento mínimo previsto para as operações que se encontram inadimplentes acima de 90 (noventa) dias, além de situações específicas no que se refere recuperações judiciais de devedores ou decretação de falência.

A Desenbahia deduzirá à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) as perdas apuradas em 1º de janeiro 2025 relativas a créditos inadimplidos e não deduzidos em 31 de dezembro de 2024. Não identificamos efeitos materiais decorrentes da aplicação da Lei n.º 14.467/2022 na apuração dos tributos diferidos e que estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários fiscais diferidos, demonstrados na nota explicativa sobre tributos.

(vi) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito – Metodologia Simplificada

A Agência por pertencer ao segmento S4, utilizará a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros e empregará técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da Agência.

Com base nos modelos adotados, a Agência estimou um impacto de aproximadamente R\$ 6.087 milhões em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da nova metodologia para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

(vii) Impactos sobre o Patrimônio Líquido

Apresenta-se a seguir o patrimônio líquido com os principais impactos decorrentes da adoção das referidas normas, reconhecidos contra lucros acumulados:

	Saldo em 31.12.2024	Impactos estimados	Saldos estimados após impactos
Patrimônio líquido	827.539	6.721	834.260
- Capital	623.897	-	623.897
- Reservas de lucros	203.642	-	203.642
- Lucros/prejuízos acumulados	-	6.721	6.721
Stop Accrual	-	634	634
Provisão para perdas esperadas	-	6.087	6.087

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 11 de março de 2025.

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos Financeiros

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As “Aplicações interfinanceiras de liquidez”, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas e ajustadas pelo seu valor de mercado.

II. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os “Títulos e valores mobiliários” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabeleceu que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

III. Operações de Crédito, Obrigações com Repasses

As “Operações de crédito” e as “Obrigações por repasses” encontram-se registradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos até a data do Balanço em função da fluência dos prazos contratuais das operações

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

IV. Provisão para perdas associadas ao risco de créditos

A “Provisão para perdas associadas ao risco de créditos” encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requerem a sua classificação de riscos em níveis de risco (de AA a H) e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. Os níveis de risco de crédito das operações são definidos e efetuados com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. As classificações das operações de crédito são revisadas anualmente.

A Administração adota contagem em dobro dos períodos em atraso para fins de constituição de provisões, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, e que possuam garantias reais, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível “H” permanecem nessa

classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As operações renegociadas, que já haviam sido baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

d) Outros ativos

São demonstrados:

I. Por valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

II. Por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; material em estoque que se referem a materiais de uso e consumo corrente; investimentos temporários registrados pelo custo de aquisição e retificados pela provisão para perdas; e, Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

e) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens.

f) Intangível

O intangível é composto pelos ativos não monetários sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos internamente, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são deduzidos das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Outras Obrigações

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo: Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões são constituídas levando em conta o julgamento dos assessores jurídicos quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Esses montantes são revisados mensalmente e os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente; Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Tributos correntes e diferidos

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir:

TRIBUTO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda – IRPJ (15% mais adicional de 10%)	Lucro	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	Lucro	20%
Programa de Integração Social – PIS	Faturamento	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Faturamento	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Receita de serviços	5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano. Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 19.

k) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

l) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12/10/2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 20.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	431	355
Depósitos Bancários	431	355
Equivalentes de Caixa	371.880	337.953
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	173.473	252.997
Títulos e valores mobiliários	198.407	84.956
Total	372.311	338.308

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Renda fixa - LFT (1)	104.325	94.092
Renda fixa - NTN (2)	16.073	15.333
Fundo soberano (3)	29.011	28.087
Cotas de Fundo de Renda Fixa (4)	94.148	84.956
Fundos de empresas emergentes (5)	2.739	2.721
	246.296	225.189
Provisão para desvalorização de títulos - LFT	(66)	(135)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros	(2.739)	(2.721)
Total	243.491	222.333
Circulante	198.407	84.956
Não circulante	45.084	137.377

(1) Títulos adquiridos em 1º de março de 2023, com vencimento em 1º de março de 2025;

(2) Títulos adquiridos em 1º de março de 2023, com vencimento em 15 de maio de 2027;

(3) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste. Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no BNB recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb;

(4)Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Brasil;

(5)O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em

Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, ajustados a valor de mercado, com provisão para desvalorização;

6. Operações de Crédito			
Carteira por modalidade			
	31/12/2024	31/12/2023	
Empréstimos	248.021	202.017	
Financiamentos	294.593	295.560	
Financiamentos Rurais	178.498	151.578	
Financiamentos de Infraestrutura	13.891	15.738	
Total das operações de crédito	735.003	664.893	
Outros créditos (1)	33.299	17.924	
Total da carteira de crédito	768.302	682.817	

(1) Outros créditos com característica de concessão de crédito fruto de: (i) Valores a receber devido alienação de ativos não financeiros mantidos para venda fruto de dação de pagamento de operações de crédito, no montante de R\$ 15.503 (R\$ 6.602 em 31 de dezembro de 2023); (ii) Valores a receber devido alienação de garantia (imóvel) de operação de crédito, dentro do processo de cobrança judicial, no montante de R\$ 17.796 (R\$ 11.322 em 31 de dezembro de 2023).

Carteira por atividade econômica			
	31/12/2024	31/12/2023	
Pessoas Físicas	61.100	38.982	
Indústria	46.804	73.238	
Comércio	96.806	74.026	
Serviços	194.946	193.846	
Rural	201.942	154.631	
Operações de crédito - Setor privado	601.598	534.723	
Operações de crédito - Setor público	166.704	148.094	
Total da carteira de crédito	768.302	682.817	

Classificação por nível de risco					
		31/12/2024		31/12/2023	
	Provisionamento (%)	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Carteira própria					
AA	0,00	260.243	-	200.743	-
A	0,50	241.250	(1.206)	221.069	(1.105)
B	1,00	119.679	(1.197)	127.178	(1.272)
C	3,00	43.410	(1.302)	28.629	(859)
D	10,00	14.116	(1.412)	5.817	(582)
E	30,00	2.204	(661)	34.639	(10.391)
F	50,00	28.393	(14.196)	7.653	(3.826)
G	70,00	7.771	(5.440)	7.314	(5.120)
H	100,00	49.738	(49.738)	48.026	(48.026)
Total carteira própria		766.804	(75.152)	681.068	(71.181)

Carteira adquirida do BANEb/FNE					
H	100,00	1.498	(1.498)	1.749	(1.749)
Total carteira BANEb		1.498	(1.498)	1.749	(1.749)
Total geral		768.302	(76.650)	682.817	(72.930)
Circulante		206.516	(19.047)	169.864	(17.424)
Não circulante		561.786	(57.603)	512.953	(55.506)

Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento							
Operações Vencidas em 31/12/2024							
Operações Vincendas	0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total	%
AA	260.075	151	17	-	-	260.243	33,87%
A	240.966	237	47	-	-	241.250	31,40%
B	118.491	105	1.028	55	-	119.679	15,58%
C	41.587	102	351	417	391	562	43,410
D	13.314	48	162	194	393	5	14,116
E	1.902	19	40	69	68	106	2,204
F	26.499	34	241	40	1.120	459	28,393
G	7.633	25	10	21	19	63	7,771
H	48.987	70	138	232	354	1.455	51,236
Total	759.454	791	2.034	1.028	2.345	2.650	768.302 100,00%

Operações Vencidas em 31/12/2023							
Operações Vincendas	0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total	%
AA	200.334	85	324	-	-	200.743	29,40%
A	220.100	185	784	-	-	221.069	32,38%
B	126.732	8	404	34	-	127.178	18,63%
C	28.318	56	96	138	19	2	28.629
D	5.238	20	263	130	159	7	5.817
E	33.686	18	30	46	44	814	34,638
F	6.983	18	59	73	70	451	7,654
G	7.158	9	23	28	25	71	7,314
H	47.210	71	131	182	147	2.034	49,775
Total	675.759	470	2.114	631	464	3.379	682.817 100,00%

Concentração da carteira de operações de crédito			
	31/12/2024	31/12/2023	
	Saldo	Carteira (%)	Provisão
10 maiores devedores	135.483	17,63%	(18.620)
50 seguintes devedores	240.980	31,37%	(34.825)
100 seguintes maiores devedores	177.690	23,13%	(9.945)
Demais devedores	214.149	27,87%	(13.260)
Total	768.302	100,00%	(76.650)

	31/12/2023	31/12/2023	
	Saldo	Carteira (%)	Provisão
10 maiores devedores	145.742	21,34%	(18.178)
50 seguintes devedores	237.066	34,72%	(34.419)
100 seguintes maiores devedores	145.812	21,35%	(8.040)
Demais devedores	154.197	22,58%	(12.293)
Total	682.817	100,00%	(72.930)

7. Outros ativos		
	31/12/2024	31/12/2023
Rendas a receber (1)	3.266	4.096
Adiantamentos e antecipações salariais	1.003	1.106
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	5	6
Devedores por depósitos em garantia (2)	21.635	13.833
Impostos a compensar	3.542	60
Pagamentos a ressarcir (3)	802	802
Títulos e créditos a receber (4)	-	884
Devedores diversos - país (5)	2.911	3.101
Provisão p/ outros créditos (6)	(807)	(807)
	32.357	23.081
Investimentos temporários (7)	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp.	(2.251)	(2.251)
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos (8)	12.477	31.590
Provisão para desvalorização – BNDU (9)	(3.537)	(9.347)
Material em estoque	94	90
Despesas antecipadas	93	92
	9.127	22.423
	41.484	45.506
Circulante	9.952	10.412
Não circulante	31.532	35.094



2023) que representa as rendas a serem reconhecidas quando do seu devido recebimento;
iv.]Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola – PESA no valor de R\$ 407 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2023);
v. O montante restante de R\$ 1.975 (R\$ 2.165 em 31 de dezembro de 2023) é composto por montante a ser recebido do Fundese para amortização de operação de crédito (R\$ 2.014 l apenas em 2023) e o por pulverizações em pequenos ressarcimentos e pendências a regularizar;
(6) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR;
(7) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas;
(8) O montante refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito;
(9) O valor refere-se a R\$ 3.464 (R\$ 9.274 em 31 de dezembro de 2023) de provisão por redução do valor recuperável de imóveis, que a administração pretende vende-lo por valor inferior ao registro contábil, e a R\$ 73 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2022) de provisão integral de bem não alienado no prazo estipulado pelo Bacen e classificado com bem em regime especial à época da vigência da norma específica.

8. Investimentos						
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil
Investimentos (1)	497	(496)	1	497	(496)	1
Obras de arte	124	-	124	124	-	124
	621	(496)	125	621	(496)	125

(1) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas.

9. Imobilizado de uso						
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil
Instalações	1.848	(1.436)	412	1.436	(1.351)	85
Móveis e equipamentos	9.625	(7.886)	1.739	9.470	(7.443)	2.027
Imóveis de uso (1)	40.261	(9.339)	30.922	40.261	(8.671)	31.590
	51.734	(18.661)	33.073	51.167	(17.465)	33.702

(1) A Desenbahia efetua teste de recuperabilidade da sua sede anualmente, no segundo semestre. Não houve indicação de desvalorização no valor registrado.

10. Intangível						
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil
Gerados internamente	451	(118)	333	450	(82)	368
Licenças e direitos autorais e de uso	12.897	(6.151)	6.746	12.676	(5.499)	7.177
	13.348	(6.269)	7.079	13.126	(5.581)	7.545

11. Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país				
31/12/2024				
	até 3 meses	3 a 12 meses	acima de 12 meses	TOTAL
BNDES	9.924	28.190	115.588	153.702
FINAME	1.933	12.583	45.903	60.419
FINEP	3	-	1.809	1.812
BNB	1.014	2.915	19.773	23.702
FUNCAFÉ	166	325	150	641
FUNGETUR	943	3.556	19.058	23.557
Total	13.983	47.569	202.281	263.833
Circulante				54.518
Não circulante				202.281
31/12/2023				
	até 3 meses	3 a 12 meses	acima de 12 meses	TOTAL
BNDES	8.336	23.966	124.045	156.347
FINAME	2.056	11.050	42.679	55.785
FINEP	171	-	-	171
BNB	1.270	4.008	23.106	28.384
FUNCAFÉ	-	933	168	1.100
FUNGETUR	614	2.114	9.103	11.831
Total	12.447	42.071	199.101	253.618
Circulante				54.518
Não circulante				199.100

12. Outros instrumentos financeiros				
A Desenbahia possuía, também, um saldo de passivo financeiro com captação junto ao Ministério do Turismo, através do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR já recebida, mas ainda não liberados como operação de crédito ativa.				
13. Obrigações fiscais, provisões e outros passivos				
31/12/2024				
31/12/2023				

Obrigações fiscais correntes			
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	5.038	30.917	
Impostos e contribuições a recolher	3.453	4.382	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	32	281	
Total	8.523	35.580	
Circulante	8.523	35.580	
Não circulante	-	-	
Provisões			
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	7.612	6.991	
Provisão para contingências (2)	63.714	70.212	
Total	71.326	77.203	
Circulante	7.612	6.991	
Não circulante	63.714	70.212	
Outros passivos			
Remuneração de capital a pagar	40.954	16.042	
Gratificações e Participações a pagar	6.969	4.796	
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.537	5.171	
Credores diversos (3)	3.247	1.951	
Total	53.707	27.960	
Circulante	52.664	25.354	
Não circulante	1.043	2.606	

(1) Do montante, a importância de R\$ 7.528 (R\$ 6.846 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a provisionamentos das obrigações trabalhistas, e R\$ 84 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2023) a provisões das despesas administrativas estimadas, a serem pagas no mês subsequente;
(2) Vide nota explicativa nº 22;
(3) Deste montante:
i. O valor de R\$ 708 (R\$ 541 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a contas a pagar de despesas a vencer em período posterior;
ii. O valor correspondente a obrigações com assistência médica de empregados inativos que obtiveram este benefício por adesão aos PDV's em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2024 não há saldos dessa natureza (R\$ 51 em 31 de dezembro de 20251).;
iii. O valor representa lances recebidos em leilão de ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 não há saldos dessa natureza (R\$ 385 em 31 de dezembro de 2023);
iv. O valor de R\$ 2.539 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2023) está pulverizado em valores a pagar ao BNDES, pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

14. Patrimônio líquido			
a) Capital social			
O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal, assim distribuídas:			
31/12/2024			
Milhares de ações (quant.)	Capital social	%	
Ações ordinárias	49.815.229	218.404	35,01%
Ações preferenciais com direito a voto	24.395.974	106.961	17,14%
Ações preferenciais sem direito a voto	68.090.562	298.532	47,85%
	142.301.765	623.897	100,00%
31/12/2023			
Milhares de ações (quant.)	Capital social	%	
Ações ordinárias	49.815.229	218.404	35,01%
Ações preferenciais com direito a voto	24.395.974	106.961	17,14%
Ações preferenciais sem direito a voto	68.090.562	298.532	47,85%
	142.301.765	623.897	100,00%

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,95% das ações preferenciais, totalizando assim 99,97% de participação
b) Reservas de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, a reserva de lucros é constituída:
- Reserva legal: 5% sobre o lucro líquido;
- Reserva estatutária - para futuro aumento de capital: 35%, no mínimo, do lucro líquido após destinações de reserva legal e de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, e, do montante destinado ao pagamento de dividendos e/ ou juros sobre capital próprio de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleia.
c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas e faculta que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.
A Desenbahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir (os valores patrimoniais que compõem o cálculo do limite de cada período se reportam à 31 de dezembro imediatamente anterior:

	Limite para 2024	Limite para 2023
Capital Social	623.897	569.461
Aumento de Capital	-	18.764
Reservas de Lucros	203.642	150.296
Total	827.539	738.521
Base de Cálculo do JCP	753.931	738.521
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	6,885%	7,050%
Limite do JCP dedutível para o período	51.908	52.064

No exercício de 2024 foi provisionado o montante de R\$ 51.000 (R\$ 52.000 em 2023) a título de juros sobre o capital próprio.
Os JCP declarados e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Sociais e Estatutárias", e os JCP propostos e ainda não aprovados em assembleia são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reserva Especiais de Lucros".
Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenbahia obteve uma economia fiscal de R\$ 16.065 (R\$ 16.380 em 2023).

15. Resultado bruto da intermediação financeira			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	68.537	138.049	204.286
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	9.514	20.556	28.398
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.667	21.331	33.841
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos	12.399	24.013	18.500
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização títulos	54	102	228
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(34)	(38)	(362)
Total	100.137	204.013	284.891

Despesas da intermediação financeira			
Empréstimos e repasses - BNDES	(6.413)	(13.103)	(15.918)
Empréstimos e repasses - FINAME	(3.227)	(6.136)	(5.242)
Empréstimos e repasses - FINEP	(7)	(7)	(54)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(983)	(2.475)	(3.150)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.933)	(18.744)	(29.235)
Provisão para outros créditos	-	-	-
Reversão provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.164	1.164	-
Reversão de outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	-
Total	(21.399)	(39.301)	(53.599)
Resultado bruto da intermediação financeira	78.738	164.712	231.292

(1) Os saldos renegociados, incluindo as operações ainda ativas, totalizaram R\$ 30.977 (R\$ 16.212 em 2023).

16. Outras receitas operacionais			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de prestação de serviços			
Taxa de análise	961	2.645	2.960
Taxa de fiscalização de obras financiadas	-	3	13
Tarifa com renegociação	13	13	-
Tarifa substituição/exclusão de garantias	-	62	58
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	101	102	12
Taxa com administração de fundos - Fundese	19.591	39.178	40.677
Taxa com administração de fundos - FGBP	539	1.040	1.112
Taxa com administração de PPP	6	12	12
Taxa com administração de FGAP	1.887	3.620	3.787
Total	23.098	46.675	48.631
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas	207	335	1.147
Reversão de provisões operacionais – outras (1)	20.679	22.145	3.903
Outras rendas operacionais (2)	2.681	11.487	7.032
Total	23.567	33.967	12.082

(1) Reversão de provisão para perdas com contingências para fazer face a perdas efetivas no valor de R\$ 21.734 (R\$ 1.467 em 2023). Vide nota explicativa nº 22;
(2) Composição:

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Rendas de equalização - PMC (1)	166	611	1.824
Rendas de equalização - PROTAXI (1)	-	1	3
Rendas de equalização – STN	85	97	-
Atualização monetária depósitos judiciais	387	1.051	1.120
Bônus recebidos	297	435	569
Atualização monetária de bônus PESA e de impostos compensados	266	506	21
Rendas de títulos e créditos a receber (2)	1.480	8.786	3.595
Total	2.681	11.487	7.132

(1) Refere-se a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 05 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC e na linha de crédito PROTAXI.
(2) Rendas de créditos com característica de concessão de crédito, fruto de alienação de garantia (imóvel) de operação de crédito, dentro do processo de cobrança judicial.

17. Outras despesas operacionais			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesas de pessoal			
Honorários	(1.387)	(2.756)	(2.438)
Benefícios	(2.896)	(5.569)	(5.268)
Encargos sociais	(8.745)	(16.960)	(15.317)
Proventos	(21.546)	(41.320)	(37.955)
Treinamento	(122)	(166)	(153)
Estatagiários	(160)	(330)	(350)
Total	(34.856)	(67.101)	(61.481)
Outras despesas administrativas			
Água, energia e gás	(628)	(1.279)	(1.238)
Aluguéis	(213)	(416)	(364)
Comunicações	(135)	(282)	(266)
Manutenção e conservação de bens	(447)	(886)	(1.000)
Material	(88)	(158)	(202)
Processamento de dados	(906)	(1.895)	(1.999)
Promoções e relações públicas	(265)	(569)	(291)
Propaganda e publicidade	(614)	(938)	(438)
Publicações	(44)	(127)	(86)
Seguros	(65)	(143)	(143)
Serviços sistema financeiro	(110)	(454)	(742)
Serviços de terceiros	(1.194)	(2.408)	(2.147)
Serviços de segurança e vigilância	(502)	(1.041)	(978)
Serviços técnicos especializados	(959)	(1.866)	(2.183)
Transporte	(60)	(112)	(122)
Viagem no país	(311)	(496)	(344)
Outras despesas administrativas	(654)	(1.207)	(1.146)
Despesas de amortização	(454)	(687)	(1.191)
Despesas de depreciação	(707)	(1.496)	(1.702)
Total	(8.356)	(16.460)	(16.582)
Despesas tributárias			
ISS	(1.193)	(2.372)	(2.432)
COFINS	(4.255)	(8.810)	(11.534)
PIS	(691)	(1.433)	(1.874)
Outras despesas tributárias	(589)	(875)	(976)
Total	(6.728)	(13.490)	(16.816)
Outras despesas operacionais			
Despesas de provisões passivas (1)	(7.930)	(15.236)	(51.317)
Despesa descontos concedidos em renegociações	(5.503)	(14.122)	(10.909)
Despesa Obrig. p/ Fundos Financiamento e Desenvolvimento	(226)	(539)	(349)
Outras despesas operacionais (2)	(8.837)	(13.385)	(9.263)
Total	(22.496)	(43.282)	(71.838)

1) Vide nota explicativa nº 22;
2) Em 2024 houve perdas com contingências no montante de R\$ 12.260 (R\$ 4.022 em 2023). O montante de R\$ 21.734 (R\$ 1.467 em 2023) estava provisionado e foi revertido para fazer face à essas ocorrências.

18. Resultado não operacional			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas não operacionais	895	1.298	1.124
Despesas não operacionais (1)	(2)	(168)	(8.637)
Total	893	1.130	(7.513)

(1) Destaca-se redução por recuperabilidade de ativos não financeiro mantido para venda, no valor de R\$ 8.615 em 2023. Em 2024 não houve evento desta natureza

19. Imposto de renda e contribuição social			
Conciliação dos tributos sobre o lucro			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	(2.264)	(9.848)	(25.788)
Provisão Para Imposto De Renda - Valores Diferidos	(57)	(129)	(149)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	4.883	9.733	1.866
	2.562	(244)	(24.071)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	(1.762)	(7.858)	(20.690)
Provisão Para Contribuicao Social - Valores Diferidos	(45)	(103)	(119)
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	3.859	7.735	1.378
	2.052	(226)	(19.431)
Total de tributos correntes e diferidos sobre o lucro	4.614	(470)	(43.502)

a) Tributos correntes			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
IRPJ			
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	48.747	97.005	110.924
(+) Adições	19.406	42.107	95.659
(-) Exclusões	(55.114)	(82.530)	(58.511)
(=) Lucro/Prejuízo Real	13.039	56.582	148.072
(-) Compensação prejuízo fiscal	(3.912)	(16.975)	(44.422)
(=) Lucro/Prejuízo Fiscal	9.127	39.607	103.650
IRPJ (15%)	1.369	5.941	15.548
Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil)*10%)	901	3.937	10.341
(-) Incentivos Fiscais - PAT	(6)	(12)	(16)
(-) Incentivos Fiscais - Prorrogação da Licença Maternidade/Paternidade Lei 11.770 /Dec 7.052	-	(18)	(85)

Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Desenbahia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenbahia continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Desenbahia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenbahia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 26 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP



Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
Contador CRC SP 307736/O-5
Diretor

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE) – DESENBABIA - SEGUNDO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2024

1. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutária - CAE acompanha tanto a execução dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna na Desenbahia, como também tem o papel de supervisionar as demonstrações financeiro-contábeis da companhia e dialogar com os auditores externos sobre os seus trabalhos desenvolvidos no âmbito da Desenbahia.

Compete ao CAE, entre outras atribuições, recomendar à administração a contratação e substituição da empresa de auditoria externa, caso considere necessário; revisar, previamente a publicação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar o cumprimento, pela administração da Desenbahia, das recomendações feitas pelos auditores independente e interno; avaliar e monitorar a exposição de riscos da empresa; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e divulgadas da Desenbahia.

Conforme o Art. 15 da Resolução BACEN/CMN Nº 4.910/2021, a apreciação pelo Comitê de auditoria em relação as demonstrações contábeis devem considerar:

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II- descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas;

III descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;

IV- descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia;

V- avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente e com evidenciação das deficiências detectadas;

VI- avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas (Grifo Nosso).

§ 1º O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.

§ 2º As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento (Grifo Nosso).

O CAE tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração (CAD) da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. no monitoramento e acompanhamento do processo da auditoria interna. Esta, por sua vez, está subordinada ao CAE e ao CAD, pelo que lhes atribui a dimensão necessária para atuar na verificação dos controles internos e contribuir na mitigação de erros e problemas que podem afetar a tomada de decisão e fragilizar os controles internos. Ademais, dado a sua natureza de assessoramento, bem como as atribuições de acompanhamento das atividades, tem como papel garantir o pleno cumprimento dos dispositivos legais e normativos internos e externos, pelo que se espera que contribua na robustez do controle interno da entidade. Assim, destaca-se que as atribuições previstas para o CAE estão definidas no Art. 49 do Estatuto Social da Desenbahia.

Nesse diapasão, atuando nesse papel o CAE apreciou o Relatório das atividades

de auditoria interna, bem como o parecer da auditoria independente e as demonstrações contábeis, as quais deverão estar contempladas no relatório de administração da companhia, conforme preconiza o Estatuto Social da Desenbahia bem como o manual da organização. Ao longo do segundo semestre de 2024 foram realizadas 3 reuniões do CAE, com a participação de membros independentes, conforme norma do Banco Central, além de diálogos in loco e por telefone e e-mails com as áreas de contabilidade, compliance e auditoria interna da companhia.

O CAE é composto por membros, eleitos pelo Conselho de Administração (CAD). E suas atribuições encontram-se formalizadas no Estatuto Social da Desenbahia, conforme já exposto, em consonância com as disposições previstas na Lei nº13.303/2016 e a Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021. O comitê é composto pelos membros a seguir, que atuaram durante o período supracitado, conforme planejamento previsto para o exercício de 2024, cujos nomes estão no Quadro 1.

Membros	Participação das reuniões no período
Vitor Lopes	3/3
Pedro Scavuzzi	2/3
Zenor Neto	3/3

No período, o CAE discutiu com a auditoria interna sobre o escopo das suas atividades e o plano de auditoria interna de 2024.

Em face do exposto, esse relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo CAE no segundo semestre de 2024

2. RESULTADOS

2.1 DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO COMITÊ DE AUDITORIA

Ao longo do segundo semestre de 2024 foram realizadas as seguintes atividades e ações:

- (i) Análise e reflexão sobre a Adequação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT para o exercício–2025;
- (ii) Apreciação das Demonstrações Financeiras da Desenbahia e Relatórios da Auditoria Independente, referentesao primeiro semestre de 2024.1;
- (iii) Apreciação e aprovação do Relatório de acompanhamento de atividades 1º semestre de 2024 da Auditoria Interna – Desenbahia
- (iv) Discussão sobre o Planejamento das atividades e cronograma da Auditoria Externa (independente), bem como, com a contabilidade sobre as demonstrações financeiras e os relatórios das atividades de auditoria interna.

2.2. A AUDITORIA INTERNA E RELATÓRIOS APRECIADOS

O CAE vem mantendo contato, constantemente, com a auditoria interna da Desenbahia, a fim de acompanhar as atividades desta em relação aos testes de controle interno, com a finalidade de manter a integridade e qualidade dos controles e processos organizacionais, conforme legislação e dispositivos legais vigentes. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações, contendo parágrafo de principais assuntos de auditoria sobre a projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos e de ênfases sobre contingências – notificações judiciais, normas e lei aplicáveis em períodos futuros e eventos subsequentes.

Salvador (BA), 26 março de 2025.		
Vitor Lopes Coordenador CAE	Pedro Scavuzzi Membro Titular	Zenor Neto Membro Titular

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBABIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, verificaram a regularidade de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da Russell Bedford GM – Auditores Independentes S/S, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 26 de março de 2025

LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA

Presidente

Ranieri Muricy Barreto José Atilio Cardoso Filardi	Tatiane Cezar Pereira Leonardo de Souza Reis
---	---

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da DESENBABIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 142, da Lei 6.404/76, de 15/12/76, manifesta-se pela aprovação do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria da Agência, pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, seguindo o Parecer do Conselho Fiscal emitido em 26/03/2025.

Salvador, 27 de março de 2025

JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

Presidente

Paulo de Oliveira Costa Marcelo Borges Weckerle	Pedro César Gaspar Dórea Antônio Félix Macêdo Mascarenhas
Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho	